

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(AFN) PAULO DAVI RIBEIRO DA COSTA

**A GUERRA IRREGULAR DE QUARTA GERAÇÃO:
RECONFIGURAÇÕES ESTRATÉGICAS E DESAFIOS PARA
AS FORÇAS MILITARES MODERNAS**

Rio de Janeiro

2025

CC(AFN) PAULO DAVI RIBEIRO DA COSTA

**A GUERRA IRREGULAR DE QUARTA GERAÇÃO:
RECONFIGURAÇÕES ESTRATÉGICAS E DESAFIOS PARA
AS FORÇAS MILITARES MODERNAS**

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial
para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CF Bruno De Souza
Gonçalves

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

Assinatura digital gov.br

RESUMO

Este estudo analisa a guerra irregular e seus desdobramentos como Guerra de 4ª Geração, com foco em seus impactos sobre as estratégias militares modernas no século XXI. O desafio consiste em compreender como táticas assimétricas, empregadas por atores não estatais como guerrilhas e facções criminosas, podem neutralizar forças convencionais. O objetivo desta pesquisa é, portanto, descrever os principais traços característicos desses conflitos e seus efeitos sobre a doutrina militar, analisando a necessária adaptação das forças armadas a essa complexa ameaça. Para alcançar tal propósito, a pesquisa buscou conceituar a guerra irregular e suas manifestações, analisar conflitos na América Latina e no Brasil, bem como discutir os impactos nas estruturas de Comando e Controle das forças regulares. Para a coleta de dados, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com a análise de manuais militares, livros e artigos acadêmicos que permitiram correlacionar os conceitos teóricos com os estudos de caso e a doutrina militar brasileira. Os resultados revelaram que a principal característica da guerra irregular é o deslocamento do conflito para o campo psicossocial, tendo a população como centro de gravidade. A análise também identificou que grupos como as FARC e o PCC utilizam táticas de guerrilha para desafiar o Estado, o que exige das forças regulares uma adaptação doutrinária em seu Comando e Controle, priorizando a iniciativa e a flexibilidade. Em suma, a pesquisa demonstra que enquadrar a atuação de facções e guerrilhas como um fenômeno de guerra irregular é fundamental, pois eleva a questão de um problema de segurança pública para um desafio de defesa nacional. Essa nova perspectiva contribui para o desenvolvimento de estratégias militares mais integradas, essenciais para preparar o Corpo de Fuzileiros Navais para as ameaças do século XXI.

Palavras-chave: Guerra Irregular. Ameaças Contemporâneas. Guerra Assimétrica. Conflitos na América Latina.

ABSTRACT

The Fourth Generation Irregular Warfare: Strategic Reconfigurations And Challenges For Modern Military Forces.

This study analyzes irregular warfare and its developments as 4th Generation Warfare, with a focus on its impacts on modern military strategies in the 21st century. The challenge lies in understanding how asymmetric tactics, employed by non-state actors such as guerrillas and criminal factions, can neutralize conventional forces. The objective of this research is, therefore, to describe the main characteristic traits of these conflicts and their effects on military doctrine, analyzing the necessary adaptation of the armed forces to this complex threat. To achieve this purpose, the research sought to conceptualize irregular warfare and its manifestations, analyze conflicts in Latin America and Brazil, as well as discuss the impacts on the Command and Control structures of regular forces. For data collection, a qualitative approach was adopted, based on bibliographic and documentary research, with the analysis of military manuals, books, and academic articles that allowed for the correlation of theoretical concepts with case studies and Brazilian military doctrine. The results revealed that the main characteristic of irregular warfare is the shifting of the conflict to the psychosocial field, with the population as the center of gravity. The analysis also identified that groups such as FARC and the PCC use guerrilla tactics to challenge the State, which requires regular forces to undergo a doctrinal adaptation in their Command and Control, prioritizing initiative and flexibility. In summary, the research demonstrates that framing the actions of factions and guerrillas as a phenomenon of irregular warfare is fundamental, as it elevates the issue from a public security problem to a national defense challenge. This new perspective contributes to the development of more integrated military strategies, which are essential for preparing the Marine Corps for the threats of the 21st century.

Keywords: Irregular Warfare. Contemporary Threats. Asymmetric Warfare. Conflicts in Latin America.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	PRINCIPAIS CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA GUERRA IRREGULAR	09
2.1	A EVOLUÇÃO DA GUERRA E O CONCEITO DE GUERRA DE 4ª GERAÇÃO.....	12
2.2	DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA GUERRA IRREGULAR.....	14
2.3	AMEAÇAS HÍBRIDAS E ATORES NÃO ESTATAIS	16
3	CONFLITOS DE NATUREZA IRREGULAR NO SÉCULO XXI	18
3.1	O ORIENTE MÉDIO E A UCRÂNIA COMO LABORATÓRIOS DA 4GW.....	20
3.2	A GUERRILHA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DAS FARC.....	20
3.3	O CRIME ORGANIZADO E A GUERRILHA URBANA NO BRASIL.....	23
4	CONTEXTO OPERACIONAL E TÁTICO	25
4.1	O DESAFIO AO COMANDO E CONTROLE (C2) CONVENCIONAL.....	26
4.2	A ADAPTAÇÃO DOCTRINÁRIA: INICIATIVA E A INTENÇÃO DO COMANDANTE.....	28
4.3	O EMPREGO DOS FUZILEIROS NAVAIS CONTRA FORÇAS IRREGULARES.....	29
5	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A guerra irregular, especialmente em sua expressão contemporânea conhecida como Guerra de 4ª Geração (4GW), tem redesenhado profundamente as estratégias militares modernas. Diferentemente dos conflitos convencionais, esta modalidade transcende o campo de batalha físico para abranger toda a sociedade, utilizando táticas assimétricas que envolvem atores não estatais, como guerrilhas, grupos terroristas e organizações criminosas transnacionais. O conflito prioriza a destruição da coesão interna do adversário, buscando a vitória no espaço cognitivo e político, mais do que no confronto direto. Isso exige das forças militares uma capacidade ampliada de inteligência, flexibilidade e adaptação, tanto no nível operacional quanto no tático.

Desta forma, a presente pesquisa concentra-se na análise dos conflitos de natureza irregular no século XXI, com foco especial nas táticas de guerrilha na América Latina e seus reflexos no Estado brasileiro. O recorte temporal abrange o período desde o final do século XX até os dias atuais, período em que a simbiose entre crime organizado e táticas insurgentes se intensificou. Geograficamente, o estudo se debruça sobre o entorno estratégico sul-americano, com ênfase na faixa de fronteira amazônica e nos grandes centros urbanos brasileiros, onde facções criminosas adotam métodos de combate não convencionais. O escopo do trabalho abordará os conceitos fundamentais da guerra irregular, a atuação de grupos como as FARC e o PCC, e os desafios impostos às estruturas de Comando e Controle (C2) do Corpo de Fuzileiros Navais.

A crescente sofisticação de organizações criminosas e sua conexão com grupos narcoterroristas representam um desafio contínuo para a segurança do Estado brasileiro. A resposta tradicionalmente adotada pelas forças de segurança concentra-se na repressão a essas atividades como crimes comuns. Contudo, essa abordagem pode ser insuficiente se tais ações forem parte de uma campanha coordenada, com objetivos que visam desestabilizar a autoridade estatal e criar zonas de governança paralela, configurando o que Visacro (2009) denomina de "guerra oculta". A teoria da guerra irregular demonstra que atores hostis podem utilizar ferramentas não militares e criminais para alcançar fins políticos e estratégicos.. Diante desse cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: Como

a guerra irregular está redesenhando as estratégias militares modernas e quais são seus principais traços característicos impulsionadores dessas mudanças?

O objetivo geral desta monografia é descrever os impactos da guerra irregular nas estratégias militares modernas e identificar suas principais características, fomentando ideias que possam subsidiar a formulação de políticas e estratégias de resposta. Para atingir tal propósito, a pesquisa buscará, primeiramente, conceituar a guerra irregular e suas manifestações no século XXI. Em seguida, serão analisados os conflitos de natureza irregular na América Latina e no Brasil, com foco nas FARC e nas facções criminosas urbanas. Por fim, o trabalho se propõe a discutir os possíveis impactos desses conflitos nas estruturas de Comando e Controle das forças regulares.

Este estudo justifica-se pela necessidade de analisar as ameaças contemporâneas à soberania brasileira sob uma ótica estratégica atualizada, reconhecendo a natureza multifacetada dos conflitos modernos. A motivação da pesquisa decorre da hipótese de que o crime organizado no Brasil já utiliza táticas e procedimentos de guerra irregular, desafiando o monopólio da força pelo Estado. A importância da análise reside em prover ao Corpo de Fuzileiros Navais uma perspectiva aprofundada sobre a natureza dessas ameaças, alinhada com sua própria doutrina de operações contra forças irregulares. Por fim, a utilidade deste trabalho é oferecer subsídios que contribuam para o aperfeiçoamento da doutrina e do adestramento militar, reconhecendo o caráter político e psicológico dos conflitos do século XXI.

Para a consecução dos objetivos propostos, esta monografia emprega uma abordagem de natureza qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados foi realizada por meio de um levantamento em fontes primárias, como manuais doutrinários da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro, e fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos e teses de especialistas na área. O tratamento dos dados consistiu em uma análise de conteúdo de todo o material, buscando interpretar e correlacionar os conceitos teóricos da guerra irregular com os estudos de caso e a doutrina militar para responder ao problema de pesquisa.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos de desenvolvimento, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo se debruçará sobre os principais conceitos e características da guerra irregular, com base em autores como Visacro e Pinheiro. O segundo capítulo analisará exemplos de conflitos irregulares no século XXI em nível global e na América Latina. O terceiro capítulo focará nos conflitos de natureza irregular no Brasil, abordando a influência das FARC na fronteira e a atuação de facções criminosas nos centros urbanos. Por fim, o quarto capítulo discutirá o contexto operacional e tático do enfrentamento a essas ameaças, com ênfase nos desafios para o Comando e Controle e na importância da Intenção do Comandante para a doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais.

2 PRINCIPAIS CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA GUERRA IRREGULAR

O entendimento dos principais conceitos e características da guerra irregular é imprescindível para a compreensão do seu impacto nas estratégias militares modernas e, especificamente, de sua evolução no século XXI. Ao longo deste capítulo, serão aprofundados os conceitos gerais de guerra irregular, a transição histórica que culminou na chamada Guerra de 4ª Geração (4GW) e as características fundamentais que definem este tipo de conflito. A análise se fundamenta principalmente nas obras de Visacro (2009) e Pinheiro (2007), que oferecem um arcabouço teórico robusto para discutir a natureza assimétrica e predominantemente política desses embates, onde, conforme destaca Visacro (2009, p. 16), o objetivo é "introduzir o leitor ao tema da guerra irregular e colaborar com a reflexão e a formação de um melhor juízo acerca do conflito assimétrico".

A natureza da guerra irregular reside fundamentalmente na sua assimetria, que se manifesta não apenas nos meios empregados, mas principalmente na divergência de objetivos e métodos entre os beligerantes. De acordo com os estudos de Visacro (2009), a guerra irregular pode ser definida como todo conflito conduzido por uma força que carece de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica. Para o autor, essa é a forma mais antiga de combate, mas sua relevância se intensificou no século XX, quando o desequilíbrio tecnológico e as tensões ideológicas forçaram grupos insurgentes, terroristas e movimentos de resistência a

adotarem táticas não convencionais para sobrepujar adversários militarmente superiores. Visacro (2009) deixa claro que, nesse tipo de conflito, o alvo transcende as forças armadas inimigas e se volta para a própria sociedade, buscando minar a coesão política e a vontade de lutar do oponente .

A principal eficácia da guerra irregular, portanto, não está na capacidade de aniquilar o exército adversário em uma batalha decisiva, mas sim na sua habilidade de transformar o tempo e as vulnerabilidades psicológicas do inimigo em suas principais armas. Enquanto um exército convencional é organizado para buscar e destruir o inimigo em combates diretos, uma força irregular opera de forma descentralizada, evitando o confronto aberto e focando em ações de desgaste, como emboscadas, sabotagens e atos de terrorismo. Essa estratégia visa prolongar o conflito indefinidamente, elevando os custos políticos e financeiros para o Estado, até que a opinião pública se volte contra a guerra e force uma retirada. Pode-se argumentar que táticas de guerrilha são tão antigas quanto a própria guerra, porém, o que define a guerra irregular moderna é a sua sistematização como um instrumento político-estratégico, onde cada ação militar, por menor que seja, é calculada para produzir um efeito psicológico e midiático desproporcional.

Conforme verificado, a evolução dos conflitos levou ao que hoje se denomina Guerra de 4ª Geração, um conceito que aprofunda a compreensão da irregularidade no cenário contemporâneo. Trata-se de uma análise desenvolvida, segundo Pinheiro (2007) , para caracterizar a dinâmica da guerra no futuro, marcada pela ascensão de atores não estatais. O autor deixa claro que, enquanto as três primeiras gerações da guerra eram protagonizadas por Estados-Nação, a 4GW resulta das mudanças políticas, sociais e tecnológicas que permitiram a grupos armados — sejam eles separatistas, extremistas ou criminosos — desafiar o monopólio da violência pelo Estado. Essa nova geração de conflitos, portanto, não se limita ao campo de batalha físico, mas se expande para o domínio informacional e psicológico.

Nesse contexto, pode-se dizer que as visões de Visacro (2009) e Pinheiro (2007) se complementam. Enquanto Visacro detalha a natureza histórica e as táticas da guerra irregular, Pinheiro a enquadra no paradigma da 4GW, explicando sua relevância no século XXI. A convergência entre os autores está na compreensão de que o Estado não é mais o único ator relevante nos conflitos armados. Pinheiro

(2007, p. 17) reforça essa ideia ao afirmar que, na 4GW, "junto aos estados nacionais, aparecem como novos atores protagonistas, organizações não estatais armadas, forças irregulares de diferentes matizes". Conforme mencionado por Visacro (2009), essa mudança de paradigma obriga as forças convencionais a adaptarem-se, pois o inimigo não se apresenta mais em formações claras, mas diluído na população civil, transformando cada cidadão e cada aspecto da sociedade em um potencial campo de batalha.

A compreensão da guerra irregular é, portanto, uma necessidade estratégica crucial, pois sua principal ameaça não se dirige apenas às forças militares, mas aos próprios alicerces da coesão e legitimidade de um Estado. Conforme explicado, o centro de gravidade nesse tipo de conflito é o apoio da população, e o principal objetivo de uma força irregular é separar o povo de seu governo. Isso é feito, por exemplo, ao provocar as forças de segurança a reagirem de forma desproporcional, gerando danos colaterais que são explorados pela propaganda para minar a credibilidade do Estado. Essa "estratégia da usura", conforme Visacro (2009), visa exaurir o oponente política e psicologicamente, tornando a continuação do conflito insustentável.

A importância de se compreender esse fenômeno é reforçada pela própria doutrina militar brasileira. O manual de operações contra forças irregulares do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), por exemplo, dedica seções inteiras à análise das características e métodos desses oponentes, reconhecendo a complexidade do desafio. Brasil (2020a, p. 2-1) afirma:

As operações contra forças irregulares são constituídas pelo conjunto de ações executadas com a finalidade de deter, reduzir ou eliminar as atividades de forças irregulares. Concomitantemente com a realização de operações militares contra as forças irregulares, devem ser executadas ações de natureza policial, no sentido de exercer o controle da população e garantir a segurança das tropas, das instalações, das comunicações e vias de transporte, e, ainda, ações sociais ou políticas, destinadas a manter ou reconquistar o apoio da população, mediante um programa de esclarecimento da ação governamental e de melhoria das condições de vida da população local .

O manual deixa claro que a resposta a uma ameaça irregular não pode ser puramente militar, exigindo, pelo contrário, uma abordagem multidimensional. Nesse sentido, as ações precisam ser integradas por meio de uma indispensável coordenação interagências, visto que a luta ocorre tanto no campo físico quanto no

psicossocial. O objetivo principal, portanto, é fortalecer a legitimidade do Estado e, simultaneamente, isolar os irregulares do apoio popular, pois a vitória depende intrinsecamente do sucesso dessa estratégia integrada.

Dessa forma, diante desse quadro, o estudo da guerra irregular é vital para as Forças Armadas no século XXI. "A guerra irregular, com grande frequência, se desenvolve sem que seja declarada, reconhecida ou sequer percebida. Por vezes, é oculta" (VISACRO, 2009, p. 10). A compreensão de seus conceitos e características, portanto, não é um exercício meramente acadêmico, mas uma ferramenta indispensável para o planejamento e a condução de operações em um cenário de segurança cada vez mais complexo e difuso. Essa base teórica será fundamental para a análise dos conflitos concretos que serão abordados no próximo capítulo, com foco no cenário sul-americano e suas implicações para o Brasil.

2.1 A Evolução da Guerra e o Conceito de Guerra de 4ª Geração

O estudo da guerra irregular no século XXI exige, primeiramente, a compreensão de sua evolução histórica e conceitual, que culminou no paradigma da Guerra de 4ª Geração (4GW). Esta seção se debruçará sobre essa transição, definindo os traços essenciais do combate irregular e explicando como a 4GW rompeu com os modelos de guerra convencionais. A análise se fundamenta em autores como Pinheiro (2007) e Visacro (2009), que contextualizam o fenômeno e suas implicações para as doutrinas militares modernas.

Essa nova realidade dos conflitos é marcada por uma profunda transformação em sua natureza, distanciando-se dos campos de batalha tradicionais e focando na desestabilização da sociedade adversária. Visacro (2009, p. 32) reforça a importância de se compreender este cenário, alertando para os riscos de se analisar os conflitos contemporâneos com uma mentalidade obsoleta:

O século XX iria mudar tudo isso. [...] No início dos anos 1960, o major general inglês John Frederick Charles Fuller, tido como um dos mais proeminentes pensadores militares do século passado, elaborou um interessante estudo, intitulado *A conduta da guerra*, acerca das consequências das revoluções Francesa, Industrial e Russa sobre os conflitos armados. Enfatizando o caráter social da guerra, Fuller analisou como as transformações políticas, econômicas e sociais promovidas por essas três revoluções influenciaram, direta ou indiretamente, os grandes conflitos do século XX.

O autor deixa claro na citação anterior que as mudanças sociais e políticas moldaram a forma como a guerra é travada. A Revolução Francesa, por exemplo, introduziu o conceito de "povo em armas" e a necessidade de apoio popular para legitimar a guerra. A Revolução Industrial, por sua vez, gerou um desequilíbrio tecnológico e a busca por recursos que alimentaram o neocolonialismo. Por fim, a Revolução Russa, conforme destaca Visacro (2009), sistematizou a "guerra revolucionária", exportando métodos de subversão e terrorismo que se tornaram a base para muitos movimentos irregulares. É a soma desses fatores que cria o ambiente para o surgimento da 4GW.

Essa evolução dos conflitos também é detalhada por Pinheiro (2007), que contextualiza a transição a partir de uma perspectiva militar. O autor descreve como a guerra evoluiu da ênfase na massa e no combate linear para um modelo onde a manobra e a tecnologia se tornaram centrais. Essa evolução é um pilar para se compreender o salto qualitativo representado pela 4GW. Conforme Pinheiro (2007, p. 17):

O termo "Conflito de 4ª Geração" tornou-se conhecido entre estrategistas e planejadores militares internacionais, ao final da década de 1980, com o objetivo de caracterizar a dinâmica e a orientação geral de como fazer a guerra no futuro. Essa comunidade compartimentou a evolução dos conflitos armados, a partir do Século XVII, em quatro fases distintas.

Pode-se dizer que os dois autores, Visacro e Pinheiro, embora partindo de perspectivas diferentes — um com foco histórico-social e outro com viés estratégico-militar —, convergem para um ponto central: os conflitos modernos são fundamentalmente diferentes dos anteriores. A principal ruptura, conforme mencionado por ambos, é o fim do monopólio da guerra pelo Estado-Nação. Pinheiro (2007, p. 18) ressalta que os atores das três primeiras gerações eram "predominantemente, estados nacionais", enquanto Visacro (2009, p. 30) afirma que, na 4GW, "quase em toda parte, o Estado está perdendo". Essa crise de legitimidade estatal abre espaço para que atores não estatais, como grupos terroristas, insurgentes e até organizações criminosas, tornem-se protagonistas.

Essa transição para a 4GW, onde o inimigo não é mais um exército uniforme,

mas uma rede difusa e ideologicamente motivada, impõe um desafio direto à doutrina militar convencional. A força bruta e a superioridade tecnológica, que garantiam a vitória em conflitos de 2ª ou 3ª Geração, mostram-se insuficientes. O novo campo de batalha é a própria sociedade adversária, e o objetivo principal é atacar sua vontade de lutar, como reforça Pinheiro (2007, p. 19): “O Conflito de 4ª Geração objetiva influenciar, de forma direta, o comportamento das lideranças do inimigo responsáveis pelas tomadas de decisão e formulação de suas políticas”.

Essa análise demonstra a complexidade de se classificar os conflitos modernos, onde a linha entre guerra e paz se torna cada vez mais tênue. O coronel Bueno (2021), em sua tese, reconhece que termos como “guerra híbrida” e “guerra assimétrica” surgiram para tentar explicar esse novo cenário, destacando que “os 'novos tipos de guerra' apresentam atualmente uma prevalência sobre as ocorrências das formas tradicionais de guerra, principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001”.

Fica evidente, portanto, que a compreensão da evolução da guerra é o primeiro passo para a formulação de estratégias eficazes. A 4GW não é apenas um novo capítulo na história militar, mas uma ruptura que exige das forças armadas uma profunda adaptação intelectual e doutrinária. As seções seguintes deste capítulo aprofundarão as características que definem essa nova realidade.

2.2 Definição e Características da Guerra Irregular

O conceito de guerra irregular é a espinha dorsal para a compreensão dos conflitos de 4ª Geração, sendo fundamental detalhar sua definição e suas características principais. Este subcapítulo irá explorar a natureza da irregularidade, destacando os elementos que a distinguem da guerra convencional, como a assimetria, a centralidade do apoio popular e a dimensão psicológica, com base nas análises de Visacro (2009) e na doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais.

A guerra irregular é entendida como a “forma, método ou processo de realizar ações ou operações militares, por forças irregulares, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, compreendendo ações interligadas de guerra de guerrilha e de subversão” (BRASIL, 2020a, p. 1-3). Essa definição ressalta a natureza política do conflito, que visa desafiar a autoridade estatal, e a fusão de

diferentes táticas para alcançar esse objetivo.

A principal eficácia da guerra irregular não reside na sua capacidade de confronto direto, mas na exploração de vulnerabilidades. A assimetria é, talvez, sua característica mais marcante. Ela se manifesta não apenas no poderio bélico, mas nos métodos, objetivos e, principalmente, na moral. Um exército regular, limitado por leis e pela opinião pública, enfrenta um adversário que não reconhece restrições e utiliza o terror para gerar impacto psicológico desproporcional. Conforme Visacro (2009), os insurgentes transformam sua fraqueza material em força tática, evitando batalhas campais e focando em ataques de "atrito", como emboscadas e sabotagens, que desgastam o inimigo ao longo do tempo.

Visacro (2009) aprofunda a análise ao afirmar que o verdadeiro centro de gravidade na guerra irregular não é a força militar adversária, mas sim o apoio da população. Esta é uma mudança de paradigma fundamental. Enquanto na guerra convencional o objetivo é destruir o exército inimigo para conquistar o território, na guerra irregular o objetivo é conquistar a população para minar a legitimidade do governo. Brasil (2020a, p. 1-1) ecoa essa visão, afirmando que "o sucesso das forças irregulares depende do contínuo apoio moral e material da população civil". Esse apoio fornece aos irregulares inteligência, recrutas, suprimentos e, mais importante, um santuário onde podem se ocultar.

Nesse contexto, pode-se dizer que a visão doutrinária do CFN e a análise acadêmica de Visacro são convergentes. Ambas reconhecem que a população é o terreno decisivo do conflito. Visacro (2009, p. 232) afirma que "a guerra irregular, em sua essência, resume-se à luta pelo apoio da população". Essa luta, por sua vez, não é travada apenas com armas, mas principalmente com propaganda, ações psicológicas e a exploração dos erros do adversário. Cada ação militar das forças regulares é avaliada pela população, e qualquer dano colateral pode se transformar em uma vitória para o inimigo na "guerra de narrativas".

A importância de se compreender essa dinâmica é crucial para as forças de contrainsurgência. A resposta a uma ameaça irregular não pode se limitar a operações de busca e destruição, pois isso pode alienar a população e fortalecer o inimigo. É preciso, conforme destaca Visacro (2009), combinar ações de segurança

com reformas políticas e sociais que abordem as causas do descontentamento popular. Apenas ao oferecer à população "segurança e esperança" é possível isolar os irregulares e neutralizar seu poder.

Essa necessidade de uma abordagem integrada é explicitamente reconhecida pela doutrina da Marinha. Brasil (2020a, p. 2-3), ao descrever os requisitos para o êxito, reforça a visão de que a vitória transcende o campo militar:

É mais fácil prevenir a formação de um movimento de resistência do que reprimi-lo depois de formado. [...] As forças do governo devem descobrir e neutralizar as ações dos elementos da população civil que apóiam a força irregular. Assim, algumas medidas que venham a desagradar à população poderão ser adotadas. A população deve ser bem esclarecida sobre as razões das ações tomadas e deve ser levada a compreender que tais medidas são de natureza temporária e serão suspensas tão logo as forças irregulares sejam eliminadas.

A citação anterior deixa claro que a legitimidade das ações do Estado é um fator decisivo. Por essa razão, a comunicação com a população e a justificação das medidas de segurança tornam-se tão importantes quanto as próprias operações táticas. Isso porque é fundamental evitar que a repressão estatal seja percebida como mais opressiva do que a violência dos irregulares. Em última análise, apenas uma resposta que a população considere legítima e justa poderá garantir a cooperação popular, que é a chave para a vitória na contrainsurgência.

Portanto, as características da guerra irregular — assimetria, foco na população e dimensão psicológica — exigem uma profunda revisão das estratégias militares. A força por si só é insuficiente: a vitória depende da capacidade de compreender e influenciar o ambiente humano em que o conflito se desenrola. Essa conclusão reforça o problema de pesquisa deste trabalho, que busca entender como essas características estão redesenhando a doutrina militar moderna.

2.3 Ameaças Híbridas e Atores Não Estatais

A evolução da guerra irregular no século XXI consolidou o conceito de ameaças híbridas, que representam a fusão de diferentes modos de conflito em uma única campanha coordenada. Este subcapítulo apresentará a definição de guerra híbrida, suas principais práticas e os desafios que ela impõe, destacando o papel central dos atores não estatais. A análise se baseia nos estudos de Bueno (2021) e

Rodrigues (2020), que contextualizam o fenômeno no cenário global e sul-americano.

A guerra híbrida pode ser definida como o "uso sincronizado de múltiplos instrumentos de poder adaptados às vulnerabilidades específicas em todo o espectro das funções sociais para alcançar efeitos sinérgicos" (CULLEN; KJENNERUD, 2017 apud BUENO, 2021, p. 28). Sua principal característica é a ambiguidade, pois o agressor busca operar abaixo do limiar de detecção ou de uma resposta militar convencional, misturando ações legais e ilegais, ostensivas e encobertas. A Política Nacional de Defesa (PND) descreve o fenômeno como a aglutinação de combate convencional, operações irregulares, guerra cibernética e operações de informação, conduzidas por atores estatais e não estatais.

Um exemplo prático do emprego de táticas híbridas é a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, citada por Rodrigues (2020). Naquela ocasião, foram utilizados "soldados sem insígnias" (forças especiais descaracterizadas), ao mesmo tempo em que se promovia uma intensa campanha de desinformação e se fomentava a instabilidade política interna para justificar a intervenção. Apesar de sua eficácia, a originalidade do conceito de "guerra híbrida" é debatida. Maximiano (2018 apud BUENO, 2021) argumenta que se trata de uma "falácia", pois a combinação de diferentes táticas de guerra não é novidade, tendo sido observada em conflitos como a Segunda Guerra Mundial.

Contudo, o diferencial contemporâneo reside na capacidade tecnológica de sincronizar essas ações em tempo real e em escala global. Conforme explica Bueno (2021), o ator híbrido explora a "criatividade, a ambiguidade, a não linearidade e os elementos cognitivos da guerra", dificultando o processo de tomada de decisão do oponente. O objetivo é criar o caos e a paralisia no Estado-alvo, que hesita em responder militarmente a uma ameaça que não se enquadra nos moldes convencionais. Essa estratégia de "morte por mil cortes" (CULLEN; KJENNERUD, 2017 apud BUENO, 2021, p. 30) desgasta o inimigo sem a necessidade de uma declaração formal de guerra.

No contexto sul-americano, as ameaças híbridas se manifestam principalmente através da simbiose entre crime organizado transnacional,

narcoterrorismo e grupos guerrilheiros. Bueno (2021, p. 25) destaca que "novas ameaças, formadas pela simbiose entre crime organizado, guerrilha, ações terroristas e ameaças híbridas e assimétricas, orientaram reestruturações doutrinárias de aparatos militares ao redor do mundo". As FARC, por exemplo, combinaram sua agenda política com o narcotráfico para financiar suas operações, enquanto facções brasileiras como o PCC utilizam o terror e o controle social para estabelecer uma governança paralela em seus territórios.

O fenômeno da guerra híbrida representa a evolução máxima da irregularidade, onde todas as ferramentas de poder — militares, políticas, econômicas, informacionais e criminais — são integradas para desestabilizar um Estado. O papel dos atores não estatais é central nesse processo, pois eles oferecem a negação plausível e a flexibilidade operacional que os Estados-Nação, limitados pelo direito internacional, não possuem. Compreender essa dinâmica é essencial para que o Brasil possa desenvolver uma estratégia de defesa abrangente, capaz de proteger sua soberania contra as complexas ameaças do século XXI.

3 CONFLITOS DE NATUREZA IRREGULAR NO SÉCULO XXI

A análise dos conflitos de natureza irregular no século XXI revela a consolidação de um novo paradigma bélico, em que a assimetria e a guerra psicológica se sobrepõem à força militar convencional. Este capítulo irá, primeiramente, contextualizar as insurgências no Oriente Médio e a guerra híbrida na Ucrânia como laboratórios contemporâneos da Guerra de 4ª Geração. Em seguida, a análise focará na América Latina, detalhando a atuação da guerrilha colombiana, que, segundo Silva (2013), representa o maior risco à soberania brasileira na região. Por fim, será argumentado como as táticas de guerra irregular foram assimiladas por facções criminosas no Brasil, transformando a violência urbana em um desafio estratégico para o Estado.

A importância de se analisar esses conflitos reside no fato de que eles demonstram, na prática, a falência dos modelos tradicionais de guerra. Em cenários como o Iraque e o Afeganistão, exércitos tecnologicamente superiores enfrentaram enormes dificuldades para conter insurgências descentralizadas e com profundo

apoio popular. Visacro (2009, p. 18) destaca que essa forma de combate irregular "deverá predominar sobre os tradicionais métodos de beligerância durante, pelo menos, as primeiras décadas do século XXI". O impacto dessa nova realidade é a necessidade urgente de as Forças Armadas se adaptarem para enfrentar um inimigo que não busca a vitória no campo de batalha, mas na erosão da vontade política e moral do adversário.

Como visto anteriormente, a principal força dos grupos irregulares reside em sua capacidade de transformar a fraqueza em vantagem tática. Eles não possuem exércitos para serem destruídos, bases fixas para serem bombardeadas ou uma economia formal para ser sancionada. Seu poder está na fluidez, na capacidade de se misturar à população e no uso estratégico da violência para gerar terror e instabilidade. Essa lógica subverte o cálculo de poder convencional e exige uma resposta que vá além da aplicação da força, integrando ações de inteligência, operações psicológicas e desenvolvimento social.

A complexidade desse cenário é perfeitamente ilustrada por Pinheiro (2007, p. 37), que detalha as características da 4GW. O autor ressalta a ascensão dos atores não-estatais e a dificuldade de se distinguir entre combatentes e civis, tornando a aplicação do poder militar uma tarefa delicada e repleta de riscos políticos.

Transformações essas que, na atualidade, são os fatores de motivação preponderantes dos conflitos assimétricos caracterizados pela confrontação armada entre forças militares regulares estabelecidas, cuja capacitação militar é incontestavelmente superior, e forças irregulares de diferentes matizes e níveis de capacitação militar. Inequivocamente, o Conflito de 4ª Geração se apresenta como o conflito armado do Século XXI (PINHEIRO, 2007, p. 2).

Assim, diante do exposto, os conflitos contemporâneos exigem uma reavaliação completa das estratégias de defesa. As experiências no Oriente Médio, na Europa Oriental e, principalmente, na América Latina, que serão analisadas a seguir, demonstram que ignorar a natureza irregular da guerra moderna é um erro estratégico. A análise desses casos é, portanto, fundamental para compreender os desafios que o Brasil e suas Forças Armadas enfrentam, tanto em suas fronteiras quanto em seus centros urbanos.

3.1 O Oriente Médio e a Ucrânia como Laboratórios da 4GW

O Oriente Médio, especialmente os conflitos no Iraque e no Afeganistão, consolidou-se como o principal laboratório para o estudo da guerra irregular no início do século XXI. Visacro (2009) destaca como grupos insurgentes e organizações terroristas, como a Al-Qaeda e, posteriormente, o Estado Islâmico, empregaram uma vasta gama de táticas assimétricas para desafiar exércitos convencionais. O uso sistemático de artefatos explosivos improvisados (IEDs), atentados suicidas e táticas de guerrilha urbana demonstrou a capacidade desses grupos de infligir danos contínuos e desgastar psicologicamente forças de ocupação tecnologicamente superiores.

A guerra na Ucrânia, por sua vez, introduziu com clareza o conceito de guerra híbrida na agenda estratégica global. Conforme aponta Bueno (2021), o conflito que se intensificou a partir de 2014 combinou operações militares regulares, guerra de informações, ciberataques e o emprego de milícias locais e forças descaracterizadas. Essa fusão de métodos, conforme Visacro (2009, p. 287), é a "síntese evolutiva da guerra irregular", pois busca dominar simultaneamente os campos físico, informacional e cognitivo. A anexação da Crimeia pela Rússia é um exemplo paradigmático, onde a ambiguidade criada pelo uso de "soldados sem insígnias" paralisou a capacidade de resposta da comunidade internacional.

Apesar de suas particularidades, esses conflitos compartilham um traço comum: o ataque à coesão do Estado-alvo. Seja através do terrorismo sectário no Iraque, da insurgência de base popular no Afeganistão ou da desinformação na Ucrânia, o objetivo principal é sempre minar a legitimidade do governo e a confiança da população em suas instituições. Contudo, enquanto esses conflitos fornecem o arcabouço teórico, é na América Latina que a ameaça irregular se manifesta de forma mais direta e persistente para a segurança do Brasil.

3.2 A Guerrilha na América Latina: O Caso das FARC

Nenhum estudo sobre guerra irregular na América do Sul pode ignorar a trajetória das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Conforme descreve Silva (2013), as FARC emergiram como um movimento de autodefesa

camponesa com inspiração comunista, mas evoluíram ao longo de décadas para se tornar a maior e mais poderosa organização narcoterrorista do continente. Essa transformação ilustra uma característica central dos conflitos modernos: a fusão entre ideologia política e criminalidade organizada como meio de financiamento da guerra.

A estratégia das FARC, em sua origem, seguia os preceitos da guerra popular prolongada, buscando o controle de territórios rurais e o apoio do campesinato para desgastar o Estado colombiano. No entanto, com o fim da Guerra Fria e a perda do apoio ideológico e financeiro do bloco soviético, a organização se voltou para o narcotráfico. Conforme detalha Visacro (2009, p. 295), as guerrilhas "passaram a lucrar com o dinheiro proveniente de extorsão, cotas de produção, proteção de plantações e laboratórios de refino", assumindo progressivamente o controle do negócio.

Essa transição para o narcotráfico não apenas financiou a máquina de guerra das FARC, permitindo a aquisição de armamento moderno, mas também ampliou seu raio de ação para além das fronteiras colombianas. A análise de Silva (2013) é crucial neste ponto, pois demonstra como essa expansão impactou diretamente o Brasil. A extensa e porosa fronteira amazônica tornou-se uma rota logística para o escoamento de drogas e a entrada de armas e precursores químicos.

O autor deixa claro que a influência das FARC não se limitou ao crime transnacional. Documentos apreendidos e investigações da Polícia Federal revelaram a instalação de acampamentos em território brasileiro, o recrutamento de indígenas e a criação de uma complexa rede de apoio que envolvia desde pequenos comerciantes a figuras políticas. A captura do traficante brasileiro "Fernandinho Beira-Mar" em 2001, em pleno território colombiano, selou essa conexão, ao ser flagrado trocando um grande lote de armas por cocaína com a guerrilha.

Pode-se dizer, portanto, que as FARC representaram, no auge de seu poder, uma ameaça híbrida clássica. A organização combinava uma estrutura militar de guerrilha (com frentes, blocos e um estado-maior), uma agenda política revolucionária (ainda que enfraquecida) e uma massiva operação de crime transnacional. A sua capacidade de desestabilizar o Estado colombiano e projetar insegurança para os países vizinhos, como o Brasil, evidencia o poder dos atores

não estatais nos conflitos de 4ª Geração.

A importância de compreender a trajetória das FARC reside em reconhecer o potencial de contágio de suas táticas. Como será visto a seguir, os métodos de guerrilha, a estrutura celular e a lógica de confronto com o Estado, aperfeiçoados pela organização colombiana, não ficaram restritos às selvas, sendo adaptados e replicados por facções criminosas nos grandes centros urbanos brasileiros. Essa conexão é detalhada por Pinheiro (2009), que analisa a transposição dessas táticas para a realidade brasileira.

A principal vulnerabilidade explorada pelas FARC foi a ausência do Estado em vastas porções do território, tanto na Colômbia quanto no Brasil. Essa fragilidade institucional é o terreno fértil onde a guerra irregular prospera. A experiência com as FARC serve como uma contundente lição sobre a necessidade de uma presença estatal forte e integrada para garantir a soberania, como reforça a análise de Silva (2013, p. 39-40):

Ao longo da fronteira com o Brasil, o objetivo principal das FARC não é obter apoio popular, mas sim usar a área como esconderijo e refúgio para se concentrar em suas atividades ilegais com drogas. Como o Brasil e a Colômbia compartilham uma grande parte da Amazônia e é extremamente difícil controlar as fronteiras nessa região, as guerrilhas desfrutaram de ampla liberdade de ação para cruzar as fronteiras para dentro e para fora do Brasil.

O autor deixa claro na citação anterior que a fronteira amazônica se tornou um "santuário" para as FARC. A vasta extensão territorial e a dificuldade de fiscalização permitiram que a guerrilha utilizasse o Brasil como uma retaguarda segura para suas operações logísticas e criminosas. Isso demonstra que a ameaça não era apenas o "transbordamento" do conflito, mas a utilização deliberada do território nacional por um ator hostil.

A discussão sobre as ameaças na região amazônica ganha contornos mais complexos com a análise de projetos de cooperação internacional, como a proposta do Corredor Ecológico Triplo A (Andes, Amazônia e Atlântico). Segundo Fonseca (2021), embora a iniciativa se apresente sob o pretexto de combater as mudanças climáticas e proteger a biodiversidade, ela pode servir como instrumento de uma Guerra de Quarta Geração. O autor argumenta que a proposta, fomentada por ONGs com fortes vínculos internacionais, como a *The Gaia Foundation*, poderia, na prática, criar um "plano mestre para agregar como zonas transfronteiriças as reservas

indígenas e áreas de proteção ambiental", limitando a soberania brasileira sobre um vasto e estratégico território que inclui as reservas Yanomami e Raposa-Serra-do-Sol.

Essa percepção de ameaça é reforçada por discursos de líderes de potências globais que, historicamente, questionaram a soberania brasileira sobre a Amazônia. Fonseca (2021, p. 53) relembra declarações de figuras como François Mitterrand e Al Gore, que, já em 1989, defendiam uma "soberania relativa" sobre a região ou afirmavam que "a Amazônia não é deles [dos brasileiros], mas sim de todos". Tais narrativas, segundo o autor, criam um ambiente político internacional onde a atuação de ONGs e a proposição de acordos ambientais podem ser instrumentalizadas para limitar as decisões do Estado brasileiro sobre seu próprio território, alinhando-se a interesses geopolíticos e econômicos extrarregionais.

Conclui-se, portanto, que a análise das FARC é fundamental não apenas como um estudo de caso de guerrilha, mas como um exemplo prático das ameaças diretas à segurança e à soberania do Brasil. A capacidade de um ator não estatal de operar transnacionalmente, combinando táticas de guerra com crime organizado, exemplifica a complexidade dos conflitos do século XXI e serve de ponte para a análise da manifestação da guerra irregular dentro das cidades brasileiras.

3.3 O Crime Organizado e a Guerrilha Urbana no Brasil

A análise da guerra irregular no Brasil revela um fenômeno singular: a apropriação de táticas, técnicas e procedimentos de guerrilha por facções criminosas urbanas, transformando a segurança pública em um desafio de defesa nacional. Organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) operam de maneira análoga a movimentos insurgentes, utilizando a violência de forma estratégica para desafiar o monopólio da força pelo Estado e impor uma governança paralela em seus territórios.

A origem dessa simbiose, conforme detalha Pinheiro (2009), remonta ao sistema prisional brasileiro, especificamente à convivência entre presos comuns e militantes de organizações de guerrilha de esquerda durante o regime militar. Foi nesse ambiente que os criminosos "aprenderam a linguagem e os métodos de organização dos revolucionários de esquerda com quem partilhavam as celas". O

resultado foi a criação do Comando Vermelho, uma facção que já nasceu com uma estrutura organizacional e um discurso de oposição ao "sistema opressor", elementos típicos de um movimento político.

Essa transposição de táticas se tornou evidente nos ataques coordenados pelo PCC em São Paulo, em maio de 2006. Aqueles eventos, como descreve Pinheiro (2009, p. 3), não foram atos de criminalidade comum, mas uma operação militar planejada que paralisou a maior metrópole do país. Foram 293 ataques a delegacias, fóruns e ônibus, executados com precisão e disciplina, seguindo preceitos do "Minimanual do Guerrilheiro Urbano" de Carlos Marighella. O objetivo não era apenas o lucro, mas a demonstração de força, a criação do terror e o envio de uma mensagem política ao Estado.

Pode-se argumentar que a motivação principal dessas facções é econômica, e não a tomada do poder político como em uma guerrilha clássica. Contudo, essa distinção se torna turva quando se analisa o *modus operandi*. Ao controlar territórios (as favelas), impor leis próprias (a "lei do tráfico"), cobrar impostos (taxas de proteção) e executar quem desafia sua autoridade, essas facções exercem, de fato, uma soberania paralela. Visacro (2009, p. 300), ao descrever essa situação como uma "guerra oculta", destaca a "dualidade legal", onde o poder do crime organizado se sobrepõe à autoridade do Estado.

Ademais, a conexão transnacional dessas facções, especialmente na compra de armas e drogas de grupos como as FARC, conforme detalhado por Silva (2013), as insere em uma rede global de ameaças híbridas. Elas não são mais atores isolados, mas engrenagens de um sistema que corrói a segurança e a estabilidade regional. O emprego de armamento de guerra, como fuzis e granadas, e a capacidade de confrontar abertamente as forças policiais, demonstram que essas organizações ultrapassaram a linha da criminalidade comum.

Os conflitos de natureza irregular no século XXI se manifestam de formas diversas e adaptáveis. Os exemplos do Oriente Médio, Ucrânia e, sobretudo, da América Latina demonstram a persistência e a evolução da guerra irregular como o principal desafio à segurança dos Estados. No Brasil, esse fenômeno adquire contornos próprios, com facções criminosas adotando táticas insurgentes para

desafiar a autoridade estatal. Como bem sintetiza Visacro (2009), as forças regulares são compelidas a se readaptar, pois enfrentam inimigos dispersos e invisíveis. Essa constatação impõe a necessidade de se analisar, no próximo capítulo, como o Brasil e suas Forças Armadas, em especial o Corpo de Fuzileiros Navais, estão estruturando sua doutrina para responder a essa complexa realidade.

4 CONTEXTO OPERACIONAL E TÁTICO

A análise dos conflitos irregulares e de suas manifestações no cenário sul-americano e brasileiro exige um aprofundamento sobre o contexto operacional e tático do seu enfrentamento. Este capítulo vai, primeiramente, examinar os desafios impostos por essas ameaças à doutrina de Comando e Controle (C2) convencional. Em seguida, será definida a necessária adaptação doutrinária, com foco no conceito da "Intenção do Comandante", que, conforme Ferreira et al. (2015, p. 49), é a "expressão dominante de sua vontade por meio da qual [...] qualquer soldado ou oficial no exército será guiado". Por fim, serão detalhadas as táticas e procedimentos preconizados pelo Corpo de Fuzileiros Navais para as operações contra forças irregulares.

O aprofundamento deste tema é crucial, pois é no campo operacional e tático que a complexidade da guerra irregular se materializa de forma mais contundente. A natureza fluida e descentralizada do adversário, que se oculta na população e evita o confronto direto, torna obsoletos os modelos de C2 rígidos e centralizados. Conforme destaca Brasil (2020a, p. 2-1), "a guerra irregular é uma luta de imaginação, engenhosidade e improvisação entre vontades que se opõem". Essa realidade demanda das forças regulares não apenas superioridade material, mas, sobretudo, agilidade decisória e flexibilidade tática.

A inadequação da abordagem convencional é um problema central. Um comando estruturado para uma guerra simétrica, com linhas de frente bem definidas e um inimigo claramente identificável, enfrenta paralisia decisória diante de um adversário em rede, que ataca e se dissolve com rapidez. A busca pela certeza, um pilar do planejamento militar tradicional, torna-se um obstáculo, pois a informação no ambiente irregular é, por natureza, incompleta e ambígua. É essa crise de inadequação doutrinária que justifica a necessidade de se repensar o C2.

Essa necessidade de adaptação é a base da doutrina de manobra moderna. A complexidade do campo de batalha contemporâneo exige uma mudança de mentalidade, que valorize a iniciativa e a autonomia dos escalões subordinados. Conforme detalhado por Ferreira et al. (2015, p. 50). em seu estudo sobre o tema, a própria evolução da doutrina militar reconhece essa necessidade:

As transformações e inovações tecnológicas, aliadas à rapidez da transmissão do conhecimento e informação, têm imposto novas concepções doutrinárias, moldando um novo campo de batalha e exigindo dos comandantes, em todos os níveis, intensas atitudes relacionadas à iniciativa, à sincronização e à capacidade de atuar na ausência de ordens. [...] Esse mesmo regulamento de doutrina militar [o Truppenführung alemão de 1933] acrescenta: "é corretamente admitido que um comandante, mesmo subalterno, em presença de uma situação que se modificou, mude ou transforme a missão que recebera, para agir por iniciativa própria, no sentido que acredite ser o espírito da decisão do comando".

Evidencia-se que o cerne do desafio tático e operacional não está apenas em "o que" fazer, mas em "como" comandar e controlar as forças em um ambiente de caos e incerteza. A análise que se seguirá demonstrará como a doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais busca responder a essa questão, adotando conceitos modernos de C2 e desenvolvendo táticas específicas para o combate irregular, visando superar as limitações do modelo convencional.

4.1 O Desafio ao Comando e Controle (C2) Convencional

O principal desafio que a guerra irregular impõe às forças convencionais reside na obsolescência de seus modelos tradicionais de Comando e Controle (C2). Brasil (2020b) define C2 como "o exercício da autoridade e direção por um comandante, sobre forças envolvidas no cumprimento de uma missão". Historicamente, essa autoridade se manifestava através de um Controle Detalhado, uma filosofia de comando centralizada, hierárquica e que busca a certeza antes de agir. Contudo, essa abordagem se mostra ineficaz contra um inimigo descentralizado e imprevisível.

O Controle Detalhado, conforme descrito em Brasil (2020b), assume que a guerra é determinística e previsível, buscando a ordem e a certeza. Esse sistema funciona em cenários onde o planejamento pode ser executado metodicamente, mas falha em ambientes fluidos. Ele gera ciclos decisórios lentos, pois cada nova informação precisa subir pela cadeia de comando para ser analisada e, só então, descer como uma nova ordem. Essa lentidão concede a iniciativa ao inimigo

irregular, que opera com maior agilidade.

A inadequação se aprofunda com a crítica de Pinheiro (2007) ao conceito clausewitziano de "centro de gravidade". Forças irregulares, especialmente redes terroristas ou facções criminosas, não possuem um único centro de gravidade físico ou organizacional que possa ser afetado de forma decisiva. Seus líderes podem ser substituídos, suas células são autônomas e sua força reside na ideologia e no apoio difuso da população. Um C2 centralizado, projetado para focar todo o poder de combate em um único ponto, perde seu propósito diante de um inimigo pulverizado.

Ademais, a dificuldade em distinguir combatentes de não-combatentes, uma característica central da guerra irregular, gera uma paralisia decisória. Em um modelo de controle detalhado, onde cada ação precisa ser autorizada, o temor de causar danos colaterais e perder a legitimidade perante a população – o verdadeiro centro de gravidade – inibe a ação ofensiva. O inimigo irregular explora essa hesitação, utilizando a população como escudo e a mídia como arma para constranger as forças regulares. Essa vulnerabilidade é claramente exposta no Manual de Operações Contra Forças Irregulares (BRASIL, 2020a), que adverte para a necessidade de um planejamento detalhado justamente porque o inimigo "atua descaracterizado em meio à população civil". A incapacidade de um C2 rígido de lidar com essa complexidade torna a força convencional reativa, lenta e previsível.

Em síntese, a guerra irregular expõe a fragilidade fundamental do C2 convencional. A estrutura hierárquica, a busca pela certeza e a lentidão do ciclo decisório são anacrônicas frente a um adversário em rede, adaptativo e que explora a ambiguidade a seu favor. Fica claro, portanto, que a sobrevivência e o sucesso no campo de batalha moderno dependem de uma profunda reforma doutrinária, abandonando o controle detalhado em favor de um modelo que privilegie a iniciativa e a velocidade.

4.2 A Adaptação Doutrinária: Iniciativa e a Intenção do Comandante

A resposta doutrinária ao desafio da guerra irregular é a transição de um C2 baseado na obediência para um C2 baseado na iniciativa. Essa nova filosofia, denominada "Controle pelo Efeito Desejado" em Brasil (2020b), aceita a incerteza

como inerente à guerra e capacita os escalões subordinados a agirem de forma autônoma para cumprir o propósito da missão. A ferramenta central para implementar essa filosofia é a "Intenção do Comandante".

O conceito é definido com precisão por Ferreira et al., citando a doutrina do USMC, como a "articulação clara e concisa pelo Comandante do propósito que está por trás de uma ou mais tarefas atribuídas a um subordinado [...] que orienta o exercício da iniciativa na ausência de instruções". Em vez de apenas dizer "o que" fazer, o comandante explica "por que" a ação é necessária e qual o "estado final desejado". Essa compreensão do propósito permite que o subordinado, ao se deparar com uma situação imprevista, possa adaptar seu plano e tomar decisões que ainda contribuam para o objetivo maior, sem precisar esperar por novas ordens.

Essa abordagem é a chave para acelerar o Ciclo de Boyd (OODA). Como explica Brasil (2020b), ao delegar a execução e confiar na iniciativa do subordinado, o comandante comprime o tempo entre a decisão e a ação, ganhando um ritmo operacional superior ao do inimigo. A iniciativa deixa de ser uma qualidade excepcional e passa a ser um requisito doutrinário. O subordinado não apenas pode, mas *deve* agir conforme a situação exige, desde que alinhado à intenção de seu comandante.

A formulação da Intenção do Comandante é uma tarefa de alta responsabilidade, pois ela deve ser clara o suficiente para guiar, mas flexível o suficiente para não restringir. Conforme Ferreira et al. (2015, p. 51), ela deve conter três elementos essenciais: o propósito da operação, o método para alcançá-lo (a ideia geral da manobra e o esforço principal) e o estado final desejado (como deve estar o campo de batalha em relação ao inimigo, às forças amigas e ao terreno após a ação). Um exemplo prático e detalhado é fornecido no próprio artigo:

Visualizo o comando do batalhão que está coordenando o emprego das dispersas peças de manobra inimiga como seu Centro de Gravidade e como vulnerabilidade crítica sua dificuldade de concentrar forças [...]. Assim, é minha intenção atacar o mais rapidamente possível para garantir a conquista do objetivo [...] antes do inimigo conseguir reforçar seu poder de combate. O esforço principal será exercido pela 1ªCiaFuzNav (Ref) [...]. Visualizo que, ao final desta operação, a companhia inimiga [...] estará destruída e o batalhão inimigo estará sem condições de [...] prosseguir no combate; nossas forças estarão controlando o entroncamento da estrada [...], mantendo o objetivo [...] e prontas para reajustar seu dispositivo [...].

Esse exemplo detalhado mostra como a intenção orienta a ação. O

subordinado entende a vulnerabilidade do inimigo (dificuldade de concentração), o método (ataque rápido com esforço principal definido) e o resultado esperado (inimigo neutralizado e terreno chave controlado). Com essa visão clara, ele pode tomar decisões táticas em tempo real para alcançar esse estado final.

Fica claro, portanto, que a "Intenção do Comandante" não é apenas um parágrafo em uma ordem de operações; é a materialização de uma filosofia de comando baseada na confiança mútua e na compreensão compartilhada. É a adaptação doutrinária fundamental que permite a uma força hierárquica combater com a agilidade e a flexibilidade de uma rede, tornando-se assim capaz de enfrentar os desafios da guerra irregular.

4.3 O Emprego dos Fuzileiros Navais contra Forças Irregulares

Com a filosofia de comando e controle adaptada à fluidez do combate moderno, a doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais, consolidada em Brasil (2020a), estabelece as táticas e procedimentos específicos para o enfrentamento de ameaças irregulares. Este manual é um guia prático que traduz a teoria em ação, detalhando desde operações de contraguerrilha em ambiente rural até a complexa segurança de comboios em áreas hostis.

Nas operações de contraguerrilha rural, onde o inimigo utiliza o terreno para se ocultar e realizar emboscadas, o manual preconiza uma postura essencialmente ofensiva e agressiva para manter a iniciativa. Táticas como o Cerco são descritas como a forma mais eficaz de "fixá-la e, posteriormente, destruí-la", embora exija superioridade de forças. Outras técnicas, como o Vasculhamento, que combina um elemento de busca com forças de bloqueio, e a tática de Martelo e Bigorna, que utiliza uma força móvel para empurrar o inimigo contra uma posição de bloqueio fixa, são detalhadas como métodos para localizar e eliminar um inimigo evasivo em áreas delimitadas.

Já nas operações de contraguerrilha urbana, o desafio é ainda maior devido à alta densidade populacional e à dificuldade de distinguir o adversário. O manual reconhece que, neste ambiente, o princípio do "Emprego Mínimo da Força" é crucial. Uma reação desproporcional pode ferir civis inocentes e gerar um incidente com propaganda negativa, beneficiando o inimigo. As ações táticas, portanto, focam em

"bloquear estradas e estabelecer pontos de controle", "dispersar aglomerações" e "realizar operações de busca e de isolamento", demonstrando a necessidade de uma abordagem mais próxima do policiamento do que da guerra convencional.

A doutrina do CFN também se debruça sobre uma das táticas mais clássicas da guerra irregular: a emboscada. O capítulo 5 de Brasil (2020a) detalha exaustivamente as medidas de segurança para comboios e as táticas de Contra-Emboscada. O princípio fundamental da contra-emboscada é a reação imediata e agressiva. A tropa deve ser adestrada para, ao primeiro sinal de ataque, "aplicação do máximo volume de fogos sobre as posições inimigas" e, se possível, manobrar para assaltar o flanco ou a retaguarda do inimigo. O objetivo é roubar do adversário o elemento surpresa e transformar a vítima em agressor, quebrando o roteiro da emboscada.

Bueno (2021), em sua análise sobre as Forças de Operações Especiais, reforça a importância desse tipo de preparo. Ele destaca que essas unidades, como o Batalhão Tonelero, são, por sua natureza, as mais adaptadas a esses cenários. Sua flexibilidade, mobilidade e adaptabilidade lhes permitem operar com a autonomia e a letalidade necessárias, servindo como a ponta de lança na aplicação dessa doutrina moderna.

O contexto operacional e tático da guerra irregular revela um campo de batalha onde a superioridade não é medida apenas pelo poder de fogo, mas pela agilidade intelectual e pela coesão doutrinária. Os desafios impostos ao Comando e Controle convencional demonstram a necessidade de uma mudança de paradigma em direção a um modelo descentralizado, guiado pela "Intenção do Comandante". A doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais, detalhada em Brasil (2020a), fornece o arcabouço tático para que os combatentes apliquem essa filosofia no terreno, seja em operações de cerco na selva, no controle de distúrbios urbanos ou na reação violenta a uma emboscada. É essa integração entre uma filosofia de comando moderna e um repertório tático robusto que capacita o CFN a enfrentar as complexas ameaças do século XXI.

5 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, buscou-se apresentar como a guerra irregular, em sua expressão contemporânea de 4ª Geração, redesenha as estratégias militares modernas ao deslocar o centro de gravidade do campo de batalha físico para os domínios cognitivo, social e informacional. A análise partiu dos conceitos teóricos fundamentais, como os apresentados por Visacro (2009) e Pinheiro (2007), que definem este tipo de conflito pela assimetria, pela ascensão de atores não estatais e pela luta pela legitimidade perante a população. Em seguida, o trabalho demonstrou a aplicação prática desses conceitos no entorno estratégico sul-americano, analisando a atuação narcoterrorista das FARC na fronteira amazônica, conforme detalhado por Silva (2013), e a adoção de táticas de guerrilha urbana por facções criminosas como o PCC, conforme exposto por Pinheiro (2009). Por fim, investigou-se como esses desafios impactam a doutrina militar, focando na necessária adaptação do Comando e Controle, com base nos manuais do Corpo de Fuzileiros Navais e na análise de Ferreira et al.

O problema central desta pesquisa questionou de que forma a guerra irregular está reconfigurando as estratégias militares e quais são seus principais traços característicos. A investigação permitiu confirmar a hipótese central de que a superioridade militar convencional se mostra insuficiente para garantir a vitória nesses conflitos, sendo necessária uma profunda transformação doutrinária. Os estudos de caso evidenciaram que o poder de fogo não é capaz, por si só, de neutralizar redes descentralizadas que se ocultam na população e exploram a mídia para fins de propaganda. A análise da doutrina do CFN, por sua vez, demonstrou que a própria instituição militar reconhece essa necessidade de mudança, ao adotar conceitos como o "Controle pelo Efeito Desejado" e a "Intenção do Comandante" (BRASIL, 2020), que priorizam a agilidade decisória, a descentralização e a iniciativa tática em detrimento do controle rígido e hierárquico.

Diante do exposto, emergem implicações diretas para o preparo e emprego do Corpo de Fuzileiros Navais. Recomenda-se, portanto, a contínua valorização e o aprofundamento do ensino desses conceitos doutrinários modernos em todos os níveis de formação, desde os cursos de base até os de altos estudos militares. Sugere-se, ainda, que os adestramentos repliquem, com crescente fidelidade,

cenários de guerra irregular complexos e ambíguos, forçando os comandantes a tomarem decisões sob pressão e com informações parciais, a fim de solidificar a capacidade de operar com base na intenção e não apenas na ordem. Por fim, é fundamental a capacitação do combatente para além do domínio técnico-tático, desenvolvendo sua "inteligência cultural" para compreender o ambiente humano e atuar de forma eficaz na conquista do apoio popular, o terreno decisivo neste tipo de guerra.

Este trabalho, contudo, possui limitações. Ao focar no contexto latino-americano, não explorou com a mesma profundidade outras manifestações da guerra irregular, como a de fundo étnico-religioso ou a de caráter puramente estatal-híbrido. Sugere-se, para futuras pesquisas, a realização de um estudo comparativo entre as respostas doutrinárias de diferentes Forças Armadas a essas ameaças. Adicionalmente, recomenda-se uma investigação aprofundada sobre o emprego da guerra cibernética por atores não estatais na América do Sul e os desafios legais impostos pelo emprego das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem contra facções que utilizam táticas de combate irregular.

Conclui-se, assim, que a guerra irregular não é uma modalidade de conflito menor, mas a forma predominante de violência política no século XXI. A sua compreensão e o contínuo aperfeiçoamento da doutrina, do adestramento e da capacidade intelectual da tropa são imperativos para que o Corpo de Fuzileiros Navais e a Marinha do Brasil possam defender a soberania e os interesses nacionais contra as difusas e persistentes ameaças da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-2-5: Manual de Operações Contra Forças Irregulares de Fuzileiros Navais**. Brasília: MD, 2020a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-60: Manual de Comando e Controle de Fuzileiros Navais**. Brasília: MD, 2020b.
- BUENO, Paulo Roberto. **As Forças de Operações Especiais brasileiras e a guerra irregular do século XXI**. 2021. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.
- FERREIRA, Renato Rangel; ESPIÚCA, José Luiz de Melo; PENHA, Osmar da Cunha; SILVA JUNIOR, Dagoberto Ferreira da. **Intenção do Comandante**. Revista Âncoras e Fuzis, Corpo de Fuzileiros Navais, p. 49-51, 2015.
- FONSECA, Paulo José Chaves. **Corredor Ecológico Triplo A (Andes, Amazônia e Atlântico)**. São Paulo: Dialética, 2022.
- PINHEIRO, Álvaro de Souza. O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, n. 16, p. 16-33, 3º quadrimestre 2007.
- PINHEIRO, Álvaro de Souza. **Irregular Warfare: Brazil's Fight Against Criminal Urban Guerrillas**. JSOU Report 09-8. Hurlburt Field, FL: The JSOU Press, 2009.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. **Guerra Híbrida: por uma discussão conceitual**. Análise Estratégica, Brasília, v. 18, n. 4, p. 23-36, set./nov. 2020.
- SILVA, Gerson Rolim. **FARC's Influence in Brazil**. Monografia (Mestrado em Estudos Militares Avançados) - School of Advanced Military Studies, United States Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas, 2013.
- VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.